

Mato Grosso do Sul: Dinâmica Populacional, Desenvolvimento Econômico e Desafios Climáticos

Aluno: Matheus Guidini Souza Castro

A economia de Mato Grosso do Sul é caracterizada por uma forte dependência do setor agropecuário, que atua como o principal motor de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O estado apresenta uma base produtiva diversificada dentro do agronegócio, destacando-se na produção de grãos, com destaque dado a soja e o milho, pecuária de corte e cultivo de silvicultura. Em 2022, o PIB do estado alcançou R\$ 166,8 bilhões, com crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior, superando a média nacional. O agronegócio, sozinho, foi responsável por cerca de 22,8% desse resultado, evidenciando seu papel central na geração de riquezas e na atração de investimentos (IBGE, 2024).

O setor industrial também possui significativa relevância econômica, com participação de aproximadamente 22,9% no PIB em 2022, superando a contribuição da agropecuária. (IBGE, 2024) Dentro desse segmento, destaca-se principalmente a indústria de celulose e papel, com grandes plantas instaladas em cidades como Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, que transformaram o município em um dos principais pólos de exportação do país. Além disso, a indústria alimentícia, através do processamento da proteína animal oriunda da pecuária, também serve para agregar valor à produção estadual.

Porém, é o setor de serviços que serve de maior peso na economia estadual, correspondendo a aproximadamente 54,3% do PIB (IBGE, 2024). A atividade de serviços engloba comércio, logística, turismo e tecnologia da informação, sendo fortemente impulsionada pela urbanização crescente, especialmente nas cidades de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. São estas três cidades que concentram grande parte da população do estado, e servem como centros econômicos, populacionais e culturais do estado.

Campo Grande, a capital estadual, é a maior cidade de Mato Grosso do Sul, com uma população estimada em cerca de 950 mil habitantes em 2024, representando quase um terço de toda a população do estado (IBGE, 2024). Sua

economia é diversificada, com forte presença do setor de serviços, comércio e administração pública, que juntos correspondem à maior parcela do PIB municipal.

Dourados é a segunda maior cidade do estado, com aproximadamente 250 mil habitantes (IBGE, 2024). Tem sua economia fortemente baseada na produção agrícola e agroindustrial, com destaque para o cultivo de soja e milho, assim como a pecuária.

Três Lagoas ocupa a terceira posição em população, com cerca de 140 mil habitantes (IBGE, 2024), e se destaca por sua relevância industrial. Nos últimos anos, o município se tornou um dos principais polos brasileiros de produção de celulose e papel, atraindo grandes empresas multinacionais.

O estado possui aproximadamente 2,9 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica relativamente baixa. As três maiores cidades de Mato Grosso do Sul concentram aproximadamente 46,2% da população total, Campo Grande sozinha concentra aproximadamente 32,8% (IBGE, 2024), demonstrando um forte processo de centralização presente. Essa característica reflete tanto a estrutura econômica baseada no agronegócio quanto os fluxos migratórios internos direcionados para regiões com maior dinamismo econômico.

De acordo com O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), atualmente a agropecuária é identificada como o principal setor emissor em MS responsável por um total de 46,4 mtCO₂e de emissões. Entre 1990 e 2023, as emissões totais do estado caiu pela metade, de 150,84 mtCO₂e para 79,21 mtCO₂e, principalmente devido à alterações na utilização do solo e à desflorestação, no entanto, nos últimos 10 anos, as emissões líquidas do estado cresceram a uma taxa média (Taxa de crescimento anual composta) de 1,0% ao ano (SEEG, 2023).

Sendo um dos maiores desafios ambientais contemporâneos, o aquecimento global é uma ameaça de particular importância para Mato Grosso do Sul, e seus efeitos têm se manifestado de forma crescente no estado, que apresenta características socioeconômicas fortemente vinculadas ao agronegócio e à pecuária extensiva, atividades altamente sensíveis às variações climáticas.

O setor responsável por grande parte do PIB estadual é um dos mais impactados. O aumento da frequência de ondas de calor e a redução da disponibilidade hídrica podem reduzir a produtividade de culturas estratégicas, como soja, milho e cana-de-açúcar, além de comprometer a qualidade das pastagens. Consequentemente, a pecuária bovina enfrenta riscos de menor ganho de peso dos animais, maior incidência de doenças e custos elevados com adaptação tecnológica, como sistemas de irrigação e sombreamento.

A elevação das temperaturas médias e a intensificação dos eventos extremos têm também gerado impactos significativos sobre os recursos hídricos, a biodiversidade e a qualidade de vida da população.

As ondas de calor e secas prolongadas aumentam o risco de doenças cardiovasculares e respiratórias, e chuvas excessivas favorecem a proliferação de vetores de doenças como a dengue. As populações urbanas, especialmente as mais vulneráveis, são as mais afetadas devido à baixa capacidade adaptativa e à infraestrutura urbana insuficiente para lidar com extremos climáticos.

O Pantanal é particularmente vulnerável às mudanças climáticas, a redução do regime de chuvas e o aumento das temperaturas têm afetado o ciclo natural de cheias e secas, fundamental para a manutenção da biodiversidade local, provocando redução de áreas alagadas, aumento de incêndios florestais e perda de habitats essenciais. Além disso, a alteração da dinâmica hídrica pode comprometer atividades econômicas dependentes do ecossistema, como a pesca e o turismo ecológico, ameaçando a subsistência de comunidades locais.

Com o objetivo de combater a emissão de gases de efeito estufa, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Resolução Conjunta SEMAGRO/IMASUL nº 002, que aprovou o primeiro Inventário de Emissões de GEE do estado. Esse documento funciona como base para a formulação de políticas públicas, apoio às pesquisas desenvolvidas por instituições acadêmicas e direcionamento das práticas de ESG adotadas pelo setor privado, alinhando-se à estratégia governamental de transformar Mato Grosso do Sul em um estado carbono neutro até 2030. O Estado também criou o fundo PROCLIMA, mecanismo de financiamento dedicado à implementação das políticas climáticas para atingir esta meta (IMASUL, 2022).

Os esforços mais recentes foram feitos em junho de 2025, quando o IMASUL lançou a plataforma CarbonControl, ferramenta digital de monitoramento e registro de emissões e remoções de GEE. A plataforma regulamenta a Resolução SEMADESC 23/2023 e se tornou obrigatória para empreendimentos que exigem licenciamento ambiental (IMASUL, 2025).